



**Processo : 11070.001048/91-66**

**Sessão : 03 de julho de 1996**

**Acórdão : 203-02.723**

**Recurso : 98.961**

**Recorrente : JÚLIO CÉSAR DIAS DA COSTA**

**Recorrida : DRJ em Santa Maria - RS**

**ITR - REDUÇÃO** - Não faz jus à redução do ITR, relativa aos fatores FRU e FRE, o contribuinte que estiver inadimplente em relação a exercício anterior na data do lançamento. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**JÚLIO CÉSAR DIAS DA COSTA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Elso Venâncio de Siqueira.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1996

Sérgio Afanassieff  
**Presidente**

Celso Ângelo Lisboa Gallucci  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Mauro Wasilewski, Ricardo Leite Rodrigues, Tiberany Ferraz dos Santos, Sebastião Borges Taquary e Francisco Sérgio Nalini.

FCLB/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 11070.001048/91-66

**Acórdão :** 203-02.723

**Recurso :** 98.961

**Recorrente :** JÚLIO CÉSAR DIAS DA COSTA

### RELATÓRIO

O contribuinte em epígrafe impugnou o lançamento do ITR/91 ao argumento de que não lhe foram concedidas as reduções referentes aos fatores FRU e FRE.

O julgador de primeiro grau decidiu pela manutenção dizendo que pesava contra o imóvel a existência de débito relativo a exercício anterior.

Ainda inconformado, o contribuinte interpôs o Recurso de fls. 34/42, alegando, em resumo, que o ITR relativo ao exercício de 1986 estava sendo discutido em juízo, com a apresentação de embargos à ação de execução movida pelo INCRA, estando, assim defende, suspensa sua exigibilidade nos termos em que dispõe o art. 151, III do CTN. Aduz, também, que após a sentença que lhe foi contrária, quitou o respectivo débito em 30.01.95.

Nas Contra-Razões de fls. 47/48, o Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Santo Ângelo diz que o recurso não pode prosperar por falta de amparo jurídico.

É o relatório.

A signature in black ink, appearing to read "Júlio César Dias da Costa".



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 11070.001048/91-66  
Acórdão : 203-02.723

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Segundo dispõe a legislação de regência, as reduções relativas aos fatores FRU e FRE não serão concedidos se existir débito do ITR referente a exercício anterior quando do lançamento.

Conforme consta no relatório, havia, quando do lançamento do ITR/91, débito do ITR/96. E os embargos opostos pela ora recorrente na ação de execução movida pelo INCRA não têm o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário que então se discutia, eis que não está elencado nos incisos do art. 151 do CTN.

O inciso III do supracitado artigo invocado pelo recorrente, diz respeito às reclamações e aos recursos relativos a processo tributário administrativo. Ora, a discussão se fazia no judiciário, e não administrativamente. Logo, não tem razão o recorrente.

Em razão do acima exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1996

A signature in cursive ink, appearing to read "Celso Ângelo Lisboa Gallucci".  
CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI